

TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS DE USO — LEGALB

LEGALB LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 47.451.774/0001-00, com sede no Município e Estado de São Paulo, na Rua Doutor Guilherme Bannitz, 146, 53, CEP 04532-060 ("Legalb"), por meio destes Termos e Condições Gerais de Uso ("**Termos**"), disciplina as regras e condições para prestação dos seus serviços de gestão financeira, de pagamentos, tecnologia jurídica e validação de dados, conforme segue.

I. Resumo

Honrando nosso compromisso de transparência, elaboramos um resumo dos principais pontos destes Termos para facilitar a sua leitura. Este resumo não substitui a leitura integral do instrumento.

II. Seus principais Direitos

- a. Acessar o Sistema Legalb para solicitação e coleta estruturada de documentos junto a clientes, construção e gestão de contratos jurídicos, coleta de assinaturas eletrônicas, análise e monitoramento automatizados de contratos, validação de identidade e de dados empresariais por meio de consultas a bureaus, faturamento, cobrança, pagamento e conciliação financeira;
- b. Receber e realizar transferências por meio da Conta de Pagamento aberta junto à Celcoin Instituição de Pagamento S.A., conforme descrito nestes Termos;
- c. Ser atendido pela Legalb, a qualquer momento, por meio dos canais de comunicação oficiais indicados nestes Termos;
- d. Ser informado previamente sobre qualquer alteração de preços ou condições, com aviso mínimo de 30 dias.

III. Suas principais Obrigações

- a. Manter seus dados cadastrais completos, atualizados e verdadeiros;
- b. Realizar o pagamento das taxas e tarifas nos prazos acordados;
- c. Utilizar o Sistema Legalb e a Conta de Pagamento apenas para fins lícitos e dentro das regras destes Termos;
- d. Proteger suas credenciais de acesso, não as compartilhando com terceiros;
- e. Informar imediatamente a Legalb sobre qualquer irregularidade, suspeita de fraude ou acesso não autorizado;
- f. Revisar e validar os resultados da análise automatizada de contratos antes de tomar qualquer decisão jurídica, financeira ou operacional com base neles;
- g. Fornecer dados legais, financeiros ou operacionais quando solicitado pelo sistema;
- h. Zelar pelo correto envio de links de solicitação de documentos aos destinatários adequados, responsabilizando-se pelo uso que os destinatários fizerem de tais links;

i. Assegurar a existência de base legal adequada, nos termos da LGPD, antes de solicitar Consultas de Bureau sobre terceiros, utilizando os resultados exclusivamente para as finalidades declaradas e dentro dos limites legais aplicáveis.

IV. Índice de Cláusulas

- Cláusula 1: Definições
- Cláusula 2: Objeto
- Cláusula 3: Declarações
- Cláusula 4: Obrigações, Direitos e Responsabilidades
- Cláusula 5: Do Prestador da Solução Tecnológica de Banco como Serviço (BaaS)
- Cláusula 6: Da Conta de Pagamento
- Cláusula 7: Utilização da Conta de Pagamento
- Cláusula 8: Encerramento da Conta de Pagamento
- Cláusula 9: Práticas Proibidas
- Cláusula 10: Remuneração
- Cláusula 11: Prazo e Vigência
- Cláusula 12: Indenizações
- Cláusula 13: Propriedade Intelectual
- Cláusula 14: Confidencialidade
- Cláusula 15: Comunicação
- Cláusula 16: Disposições Gerais
- Cláusula 17: Lei Aplicável e Foro

1. DEFINIÇÕES

1.1. Os termos com letras iniciais maiúsculas utilizados nestes Termos terão os seguintes significados:

- "**Celcoin**" significa a CELCOIN INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 13.935.893/0001-09, com sede na Alameda Xingu nº 350, Conj. 1604, Alphaville, Barueri/SP, CEP: 06445-030, instituição de pagamento autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil na modalidade emissora de moeda eletrônica.

- "**Conta de Pagamento**" significa a conta de registro do tipo pré-paga detida em nome da Parte Usuária junto à Celcoin, utilizada para a execução de Transações de Pagamento no âmbito dos serviços Legalb.

- "**Domicílio Bancário**" significa a conta detida em instituição financeira ou de pagamentos, excluída a Celcoin, podendo ou não ser de titularidade da Parte Usuária.

- "**Legalb**" ou "**nós**" significa a LEGALB LTDA., conforme identificada no preâmbulo destes Termos.

- "**Parte Usuária**" ou "**Você**" significa a pessoa física ou jurídica que adere a estes Termos para utilização do Sistema Legalb e da Conta de Pagamento.

- "**Cliente da Parte Usuária**" significa a pessoa natural ou jurídica a quem a Parte Usuária envia uma solicitação de documentos ou sobre quem realiza Consultas de Bureau por meio do Sistema Legalb, e que não mantém relação contratual direta com a Legalb.

- "**Consultas de Bureau**" significa as consultas realizadas pela Legalb junto a fontes de dados e bureaus parceiros, por solicitação e em nome da Parte Usuária, para fins de validação de identidade de pessoas físicas (KYC — Know Your Customer), validação e análise de pessoas jurídicas (KYB — Know Your Business) e demais verificações de dados, podendo incluir, conforme os produtos contratados: validação de CPF e CNPJ junto à Receita Federal, consulta a cadastros de restrições creditícias, verificação de Pessoas Politicamente Expostas (PEP), triagem em listas de sanções nacionais e internacionais, conferência de antecedentes, validação biométrica e facial, verificação de vínculos societários e confirmação de situação cadastral e regulatória.

- "**Obrigações Contratuais**" significa os compromissos vinculantes identificados pela análise automatizada de contratos realizada pelo Sistema Legalb, indicando o responsável, o destinatário, a ação exigida, o valor, a moeda e o prazo de cumprimento.

- "**Serviços**" significa o conjunto de funcionalidades disponibilizadas pelo Sistema Legalb, incluindo: (i) construção e gestão de contratos, coleta de assinaturas e faturamento; (ii) cobrança, pagamento, conciliação e repasse de comissões; (iii) solicitação e coleta estruturada de documentos junto a clientes; (iv) análise automatizada, monitoramento e alertas de obrigações e prazos contratuais; e (v) Consultas de Bureau para validação de identidade de pessoas físicas e jurídicas e demais verificações de dados.

- "**Sistema Legalb**" significa a plataforma tecnológica desenvolvida e operada pela Legalb para gestão financeira e jurídica de escritórios de advocacia e prestadores de serviços jurídicos, compreendendo todos os módulos e Serviços descritos nestes Termos, incluindo as funcionalidades de gestão de contratos, faturamento, cobrança, pagamento, solicitação de documentos, análise automatizada de contratos por inteligência artificial, monitoramento de obrigações contratuais e realização de Consultas de Bureau.

- "**Transações de Pagamento**" significa toda ordem de transferência de recursos entre Contas de Pagamento internas ou de outras instituições, realizada no âmbito do Sistema Legalb.

- "**Usuários Autorizados**" significa as pessoas naturais indicadas pela Parte Usuária para acessar o Sistema Legalb e operar a Conta de Pagamento em seu nome.

2. OBJETO

2.1. O objeto destes Termos é disciplinar o relacionamento entre Legalb e Parte Usuária para acesso ao Sistema Legalb, abrangendo o conjunto completo de Serviços disponibilizados pela Legalb, incluindo: (i) construção e gestão de contratos jurídicos, coleta de assinaturas eletrônicas; (ii) faturamento, cobrança, pagamento, conciliação financeira e repasse de comissões; (iii) solicitação e coleta estruturada de documentos junto a clientes; (iv) análise automatizada e monitoramento de obrigações contratuais; (v) Consultas de Bureau para validação de identidade de pessoas físicas e jurídicas e demais verificações de dados; e (vi) abertura e utilização de Conta de Pagamento junto à Celcoin, nos termos aqui estabelecidos.

2.2. **Construção e Digitalização de Contratos.** O Sistema Legalb disponibiliza à Parte Usuária funcionalidades integradas para gestão do ciclo contratual, incluindo cadastro de clientes e representantes, digitalização de contratos assinados, construção de contratos a partir de modelos e biblioteca de cláusulas com preenchimento automático, e assinatura eletrônica com rastreamento e lembretes automáticos.

2.3. **Faturamento e Gestão Financeira.** O Sistema Legalb disponibiliza à Parte Usuária funcionalidades integradas para gestão do ciclo financeiro, incluindo faturamento automatizado a partir das regras do contrato, e módulos bancário e contábil para acompanhamento em tempo real de saldos, movimentações e lançamentos.

2.4. **Solicitação e Coleta de Documentos.** O Sistema Legalb disponibiliza à Parte Usuária a funcionalidade de criação e envio de checklists de documentos a clientes, por meio de links seguros e tokenizados, com fluxo de revisão e aprovação dos arquivos recebidos, lembretes automáticos e trilha de auditoria imutável. A Legalb atua exclusivamente como fornecedora da solução tecnológica de coleta, não sendo parte na relação entre a Parte Usuária e seus clientes.

2.5. **Análise e Monitoramento de Contratos.** O Sistema Legalb disponibiliza à Parte Usuária funcionalidades de análise automatizada de contratos por inteligência artificial, compreendendo extração e classificação de cláusulas e Obrigações Contratuais, geração de alertas de vencimento e inadimplência, cálculo de fórmulas, penalidades e correção monetária, e sinalização de itens que requerem validação humana.

2.6. **Consultas de Bureau e Validação de Dados.** O Sistema Legalb disponibiliza à Parte Usuária a realização de Consultas de Bureau junto a fontes de dados e parceiros especializados, incluindo verificações KYC (Know Your Customer) e KYB (Know Your Business), além de demais verificações disponibilizadas conforme a oferta vigente. A Legalb atua como intermediária tecnológica, não sendo produtora das informações retornadas, podendo cada consulta estar sujeita a cobranças unitárias.

2.7. **Natureza dos Serviços de Inteligência Artificial.** Os resultados da análise automatizada de contratos têm natureza auxiliar e não substituem a análise jurídica profissional, podendo

apresentar imprecisões em razão da qualidade do documento, da linguagem empregada ou de limitações dos modelos utilizados. A revisão, validação e decisão final sobre qualquer resultado extraído são de responsabilidade exclusiva da Parte Usuária.

2.8. Estes Termos entrarão em vigor na data de sua aceitação eletrônica pela Parte Usuária e poderão ser alterados pela Legalb a qualquer momento, mediante comunicação com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência. Caso a Parte Usuária não concorde com as modificações, poderá rescindir estes Termos sem ônus, conforme disposto na Cláusula 11.

2.9. A aceitação destes Termos ocorrerá após a Legalb analisar e aprovar as informações encaminhadas no momento do cadastro. A Parte Usuária reconhece o meio eletrônico como forma válida de contratação.

3. DECLARAÇÕES

3.1. As Partes declaram e garantem mutuamente que:

- a. Possuem plena e inequívoca capacidade legal e obtiveram todas as autorizações necessárias à celebração destes Termos e à consumação das operações aqui contempladas;
- b. Informarão imediatamente a outra Parte sobre a descoberta de qualquer irregularidade que possa afetar a segurança, funcionalidade ou operação normal e ininterrupta dos Serviços;
- c. Se responsabilizarão pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e outras de qualquer natureza relativas a si e aos seus empregados, agentes, representantes ou terceiros sob sua responsabilidade que tenham sido alocados na execução dos serviços objeto destes Termos;
- d. Têm ciência de que o presente serviço está em constante desenvolvimento e que são esperados atrasos e problemas na prestação do serviço durante sua construção e consolidação; e
- e. Têm ciência de que o uso dos Serviços aqui disciplinados em contradição com qualquer legislação ou com estes Termos será de única, integral e exclusiva responsabilidade da Parte que os utilizou de forma indevida.

3.2. A Parte Usuária declara ainda que:

- a. Todas as informações fornecidas à Legalb são corretas, verdadeiras, atuais e completas, sendo a única responsável por sua veracidade;

- b. Manterá seu cadastro permanentemente atualizado, fornecendo, sempre que solicitado e em até 10 (dez) dias de qualquer alteração, os documentos e informações necessários;
- c. Os aportes e transferências realizados na Conta de Pagamento são regulares, respondendo por qualquer infração ou crime associado à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo ou ato ilícito;
- d. Os Usuários Autorizados indicados possuem poderes outorgados pela Parte Usuária para operar em seu nome; e
- e. Tem ciência de que a Legalb comunicará ao Banco Central do Brasil, ao COAF e outros órgãos competentes quaisquer operações que possam configurar os crimes previstos na Lei nº 9.613/1998 e demais disposições legais pertinentes.

4. OBRIGAÇÕES, DIREITOS E RESPONSABILIDADES

4.1. Obrigações, direitos e responsabilidades da Legalb. Durante a vigência destes Termos, caberá à Legalb:

- a. Desenvolver e aprimorar a tecnologia para processamento de pagamentos e gestão de contratos de prestação de serviços jurídicos;
- b. Realizar as operações de cobrança de receita, reembolsos e outros valores, conforme informações enviadas pela Parte Usuária;
- c. Realizar as operações de repasse de comissões para parceiros da Parte Usuária, conforme solicitado e registrado em sistema;
- d. Obedecer às disposições do Banco Central do Brasil e demais regulamentações aplicáveis;
- e. Possuir conexão ativa com, ao menos, uma instituição de pagamento parceira e cumprir os requisitos para manutenção de tal conexão;
- f. Responsabilizar-se por falhas, erros e atrasos no pagamento decorrentes exclusivamente de sua atividade, não se responsabilizando por falhas, erros e atrasos decorrentes de inadimplência dos clientes da Parte Usuária ou de incidentes com provedores parceiros;
- g. Disponibilizar, por meio do Sistema Legalb, as funcionalidades de solicitação e coleta de documentos, incluindo o envio de links seguros a clientes, o armazenamento dos

arquivos recebidos e o envio de notificações e lembretes automáticos, conforme as configurações definidas pela Parte Usuária;

h. Disponibilizar, por meio do Sistema Legalb, as funcionalidades de análise automatizada e monitoramento de contratos, incluindo o processamento dos documentos enviados pela Parte Usuária, a extração e acompanhamento de Obrigações Contratuais, a sinalização de itens para validação humana, o envio de alertas de vencimento e o registro de trilha de auditoria imutável de todas as operações realizadas no sistema; e

i. Manter integrações ativas com os bureaus e fontes de dados parceiros necessários à prestação das Consultas de Bureau contratadas, transmitindo os resultados recebidos à Parte Usuária sem alteração de conteúdo e registrando cada consulta realizada para fins de auditoria.

4.2. Obrigações, direitos e responsabilidades da Parte Usuária. Durante a vigência destes Termos, caberá à Parte Usuária:

a. Disponibilizar, na extensão em que utilizará o Sistema Legalb, dados de faturamento, contratos de prestação de serviços jurídicos e demais dados relacionados ao processamento financeiro;

b. Realizar o pagamento das taxas e tarifas definidas na Cláusula 10;

c. Manter seus sistemas e dispositivos de acesso ao Sistema Legalb com as devidas proteções de segurança (antivírus, firewall, etc.);

d. Disponibilizar à Legalb todas as informações, documentos e autorizações necessárias para a execução e bom funcionamento dos Serviços;

e. Responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pelos atos praticados pelos Usuários Autorizados;

f. Zelar pela manutenção da segurança e confidencialidade de suas credenciais de acesso ao Sistema Legalb;

g. Revisar todos os itens sinalizados pelo Sistema Legalb para validação humana no âmbito da análise de contratos, reconhecendo que a não revisão de itens pendentes pode resultar em Obrigações Contratuais com dados incompletos ou imprecisos, cujas consequências são de responsabilidade exclusiva da Parte Usuária;

h. Fornecer os variáveis legais, financeiras, operacionais e valores de índices de correção monetária (IGPM, IPCA ou outros aplicáveis) quando solicitado pelo sistema para fins de cálculo de fórmulas, penalidades ou atualização de valores;

i. Enviar links de solicitação de documentos exclusivamente aos Clientes da Parte Usuária devidamente identificados, sendo responsável por qualquer uso indevido decorrente do envio a destinatários incorretos ou da divulgação não autorizada dos links; e

j. Garantir que os contratos carregados no Sistema Legalb sejam versões finais, autênticas e legíveis, informando à Legalb sobre qualquer aditivo, rescisão ou versão superveniente que possa alterar as Obrigações Contratuais já extraídas;

k. Assegurar, antes de solicitar qualquer Consulta de Bureau, a existência de base legal adequada nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) para o tratamento dos dados do titular consultado, seja por consentimento, legítimo interesse, cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese prevista em lei, mantendo os registros comprobatórios dessa base legal pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos;

l. Utilizar os resultados das Consultas de Bureau exclusivamente para as finalidades que justificaram a consulta e dentro dos limites legais aplicáveis, sendo vedada a revenda, redistribuição ou uso dos dados obtidos para finalidades diversas das declaradas; e

m. Responder integral e exclusivamente perante os titulares dos dados, autoridades regulatórias (incluindo a ANPD) e terceiros por qualquer uso indevido dos resultados das Consultas de Bureau, mantendo a Legalb isenta de qualquer responsabilidade decorrente do uso que a Parte Usuária fizer das informações obtidas.

4.3. Autorizações Específicas da Parte Usuária. A Parte Usuária autoriza expressamente a Legalb para:

a. Reter valores do saldo disponível para o pagamento das taxas e tarifas definidas na Cláusula 10;

b. Obter relatório de crédito pessoal e/ou comercial junto a birôs de crédito como o SPC e a Serasa, incluindo os sócios da Parte Usuária pessoa jurídica, quando envolver a contratação de produtos e/ou serviços de crédito; e

c. Utilizar sua marca, nome, logotipo e/ou logomarca, imagem, link de site, ícones e/ou slogans em campanhas comerciais, podendo divulgar mensagens enviadas de forma escrita ou oral para uso em site e campanhas publicitárias desenvolvidas pela Legalb.

4.4. Limitações dos Serviços de Análise de Contratos e de Solicitação de Documentos:

4.4.1. A Parte Usuária reconhece e concorda que as funcionalidades de análise automatizada de contratos têm natureza auxiliar e não substituem a análise jurídica profissional. Especificamente:

- a. A análise por inteligência artificial pode não identificar todas as obrigações, prazos ou condições presentes no contrato, especialmente em documentos com baixa qualidade de digitalização, linguagem atípica, termos implícitos ou estruturas contratuais não convencionais;
- b. Itens com pontuação de confiança inferior aos limiares configurados serão automaticamente sinalizados para revisão humana, mas a ausência de sinalizações não garante a completude ou exatidão da análise;
- c. O cálculo de fórmulas, penalidades ou correção monetária depende de dados fornecidos pela Parte Usuária (valores de índices econômicos, datas de eventos, confirmações de cumprimento ou descumprimento) e estará incompleto enquanto tais dados não forem fornecidos;
- d. A identificação de contradições entre cláusulas, linguagem ambígua ou campos em branco no contrato original será sinalizada pelo sistema, cabendo à Parte Usuária a interpretação e resolução dessas situações; e
- e. A decisão da Parte Usuária sobre qualquer item sinalizado para revisão é definitiva e não pode ser desfeita automaticamente pelo sistema.

4.4.2. Em relação às funcionalidades de solicitação e coleta de documentos, a Parte Usuária reconhece que:

- a. Os links de solicitação têm prazo de validade configurável, após o qual o cliente não poderá mais enviar documentos sem que um novo link seja gerado pela Parte Usuária;
- b. A Legalb não é responsável pela qualidade, autenticidade ou validade jurídica dos documentos enviados pelos Clientes da Parte Usuária;
- c. A aprovação de documentos na plataforma não constitui validação jurídica ou autenticação dos mesmos, cabendo à Parte Usuária adotar os procedimentos de verificação que entender necessários; e
- d. As notificações automáticas (lembretes, avisos de prazo, confirmações de recebimento) são enviadas ao endereço de e-mail informado pela Parte Usuária para cada solicitação, sendo de sua responsabilidade garantir a correção do endereço informado.

4.4.3. A Legalb não se responsabiliza por quaisquer perdas, danos, descumprimentos contratuais, perdas de prazo ou decisões equivocadas adotadas pela Parte Usuária com base em resultados da análise automatizada de contratos não revisados ou validados por profissional habilitado.

4.4.4. Em relação às Consultas de Bureau, a Parte Usuária reconhece que:

- a. Os resultados retornados pelas Consultas de Bureau são produzidos por fontes e bureaus terceiros, sendo a Legalb mera intermediária tecnológica. A Legalb não garante a exatidão, completude, atualidade ou ausência de erros nas informações fornecidas pelos bureaus parceiros;
- b. A existência ou ausência de restrições, alertas ou sinalizações em uma consulta não constitui, por si só, prova definitiva de qualquer fato, não devendo ser utilizada como único fundamento para decisões de negócio, recusa de serviços ou outras medidas de efeito jurídico relevante;
- c. Cada consulta realizada é registrada e pode ser considerada uma consulta ao cadastro do titular para fins regulatórios, sendo de responsabilidade da Parte Usuária observar eventuais restrições à quantidade ou frequência de consultas impostas pela legislação ou pelos bureaus; e
- d. A Legalb não se responsabiliza por indisponibilidade, atraso ou falha nas Consultas de Bureau decorrentes de instabilidade ou interrupção nos sistemas dos bureaus parceiros, hipóteses que serão comunicadas à Parte Usuária assim que identificadas.

5. DO PRESTADOR DA SOLUÇÃO TECNOLÓGICA DE BANCO COMO SERVIÇO ("BANKING AS A SERVICE" / "BAAS")

5.1. A Parte Usuária está ciente e concorda que a Conta de Pagamento de sua titularidade será aberta diretamente na CELCOIN INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A., inscrita no CNPJ nº 13.935.893/0001-09, empresa parceira contratada pela Legalb para prestação da solução tecnológica de Banco como Serviço ("**Bank as a Service**" / "**BaaS**"), que contempla os procedimentos de abertura e gerenciamento de contas de pagamento, emissão de moeda eletrônica e serviços de processamento e liquidação de transações de pagamento.

5.2. A Parte Usuária está ciente e concorda que todos os dados fornecidos para abertura e manutenção da Conta de Pagamento serão utilizados pela Celcoin apenas para o cumprimento da relação contratual firmada com a Legalb e dos deveres advindos da regulamentação vigente, sempre em observância à legislação de proteção de dados e segurança da informação. A Celcoin poderá, a qualquer momento, solicitar informações complementares diretamente à Parte Usuária para fins legais e regulatórios.

5.3. A Legalb não assume responsabilidade pelos atos e omissões da Celcoin decorrentes de obrigações regulatórias próprias desta instituição, tampouco por decisões da Celcoin relacionadas à aprovação, bloqueio ou encerramento de contas de pagamento.

6. DA CONTA DE PAGAMENTO

6.1. Para viabilizar o acesso aos Serviços financeiros da Legalb, a Parte Usuária contrata junto à Celcoin a abertura de Conta de Pagamento pré-paga de sua titularidade, para o recebimento e transferência de recursos relativos à liquidação de Transações de Pagamento realizadas no âmbito da infraestrutura de pagamentos da Celcoin.

6.2. Para a abertura da Conta de Pagamento, a Parte Usuária deverá:

- a. Criar seu cadastro no Sistema Legalb e fornecer os dados pessoais ou da empresa e de seus administradores, conforme aplicável;
- b. Apresentar os documentos necessários para identificação da Parte Usuária, conforme solicitado, incluindo: (i) se pessoa jurídica: razão social, CNPJ, endereço da sede e cópia do estatuto ou contrato social; (ii) se pessoa física: nome completo, CPF e endereço de residência; (iii) informações para contato (e-mail e telefone); (iv) documentos de identidade com foto dos Usuários Autorizados e de quem adere a estes Termos;
- c. Declarar que as informações fornecidas são completas, exatas, precisas e verdadeiras, sendo a única responsável pelos dados fornecidos.

6.3. A Parte Usuária autoriza expressamente a Legalb e a Celcoin a realizarem, por si próprias ou por meio de terceiros contratados, todas as consultas e verificações necessárias para confirmar as informações e documentos fornecidos, incluindo checagem na Receita Federal e análise em bases de restrições creditícias como SPC e/ou Serasa.

6.4. A abertura da Conta de Pagamento está condicionada à aceitação prévia da Celcoin, de acordo com seus critérios de interesse comercial, e fica sujeita à verificação de inexistência de irregularidades nos dados cadastrais da Parte Usuária, de seus representantes legais e/ou procuradores.

6.5. A Conta de Pagamento é única e intransferível, sendo atribuída à Parte Usuária indicada no cadastro.

6.6. A Parte Usuária compromete-se a manter suas informações cadastrais junto à Celcoin e à Legalb atualizadas, comunicando quaisquer alterações no prazo de 10 (dez) dias corridos da respectiva alteração.

6.7. A Parte Usuária reconhece e autoriza o compartilhamento de seus dados e documentos com a COMBATEAFRAUDE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A. (CNPJ nº 34.102.645/0001-57) ("**CAF**") para fins de autenticação e validação de identidade, em ambiente seguro e nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

6.8. A Parte Usuária também poderá reutilizar documentos previamente enviados e armazenados na base de dados da CAF ao realizar nova solicitação de abertura de conta, desde que tais documentos estejam legíveis, autênticos, dentro do prazo de validade e em conformidade com as diretrizes de verificação de identidade.

7. UTILIZAÇÃO DA CONTA DE PAGAMENTO

7.1. Para fins de liquidação das Transações de Pagamento realizadas por meio dos Serviços contratados, a Parte Usuária concorda que a Celcoin irá gerenciar e operar a Conta de Pagamento, inclusive para iniciar Transações de Pagamento da conta mantida junto à Celcoin para a conta destino, podendo ser esta uma conta de titularidade da Parte Usuária em outra instituição ("**Domicílio Bancário**").

7.2. Conforme aplicável, a Parte Usuária, para execução destes Termos, autoriza a Celcoin a realizar o cadastro de chaves Pix relacionadas à Conta de Pagamento no Diretório de Identificadores de Contas Transacionais ("**DICT**"), bem como alterá-las quando necessário ou mediante solicitação.

7.3. As transferências da Conta de Pagamento para o Domicílio Bancário seguirão as seguintes regras:

- a. Serão realizadas em até 1 (um) dia útil após o recebimento, podendo ser pré-agendadas ou automatizadas;
- b. Deverão ser destinadas exclusivamente à conta de titularidade da Parte Usuária ou, desde que autorizado pela Celcoin com base em justificativa apresentada, para contas de empresas afiliadas.

7.4. Em nenhuma hipótese serão aceitas transferências da Conta de Pagamento para contas que não sejam de titularidade exclusiva da Parte Usuária ou de suas afiliadas, conforme aplicável.

7.5. Os aportes na Conta de Pagamento deverão ser originados apenas das Transações de Pagamento realizadas de acordo com os meios de pagamento contratados e/ou depósitos necessários à efetivação de reembolsos em caso de saldo insuficiente.

7.6. Os valores existentes ou a serem depositados na Conta de Pagamento não poderão ser objeto de vinculação como garantias ou outros fins que não aqueles solicitados pela justiça.

7.7. A Celcoin não se responsabiliza e não garante o cumprimento das obrigações assumidas pela Parte Usuária perante terceiros, em relação aos pagamentos a efetuar ou a receber por meio da Conta de Pagamento.

7.8. Em caso de estornos autorizados e solicitados pelo titular da Conta de Pagamento, havendo saldo disponível, a Celcoin está autorizada a debitar da Conta de Pagamento o valor do estorno correspondente.

7.9. A Celcoin poderá bloquear a Conta de Pagamento até a regularização ou a rescisão destes Termos nas seguintes hipóteses:

- a. Caso as informações fornecidas pela Parte Usuária sejam incompletas, incorretas, inverídicas ou desatualizadas;
- b. Caso a Parte Usuária não envie prontamente as informações e documentos adicionais solicitados;
- c. Caso haja restrições ao crédito ou de qualquer ordem em nome da Parte Usuária;
- d. Caso haja qualquer indício ou suspeita de fraude ou de transações fraudulentas sendo operadas na Conta de Pagamento;
- e. Caso a Conta de Pagamento esteja em desacordo com a regulamentação em vigor ou com as políticas e controles internos da Celcoin;
- f. Caso as atividades desenvolvidas pela Parte Usuária apresentem risco operacional, reputacional ou financeiro à Celcoin;
- g. Caso haja aumento considerável de devoluções, notificações de ocorrências, reclamações de clientes ou outros indícios de falha de segurança ou fraude; e
- h. Caso haja multas aplicadas por uso indevido da marca da Celcoin e/ou Pix.

7.10. Na ocorrência de qualquer das hipóteses de bloqueio, a Parte Usuária será comunicada para apresentar justificativa com a devida documentação, e os valores apenas serão devolvidos nos termos previstos na regulamentação aplicável.

8. ENCERRAMENTO DA CONTA DE PAGAMENTO

8.1. A Conta de Pagamento permanecerá ativa enquanto perdurar o relacionamento entre a Parte Usuária e a Legalb, podendo ser encerrada nas hipóteses de rescisão previstas nestes Termos.

8.2. Após o encerramento da Conta de Pagamento, a Parte Usuária continuará responsável pelo pagamento dos valores devidos e pelo reembolso de quaisquer eventos de questionamento de seus clientes. A Celcoin poderá utilizar quaisquer meios de cobrança aceitos pela legislação brasileira.

8.3. A Celcoin poderá, a seu critério, encerrar a Conta de Pagamento em caso de inatividade por período superior a 6 (seis) meses, entendida como ausência de transações por quaisquer meios de pagamento pelo período mínimo indicado. Neste caso, a Celcoin notificará a Parte Usuária sobre o encerramento.

9. PRÁTICAS PROIBIDAS

9.1. A Parte Usuária está ciente e concorda que, durante a utilização do Sistema Legalb e da Conta de Pagamento, é terminantemente proibido:

- a. Ceder, sublicenciar, vender, alugar, distribuir ou transferir, total ou parcialmente, a terceiros, sob quaisquer modalidades, o acesso ao Sistema Legalb ou à Conta de Pagamento;
- b. Copiar, modificar, ampliar, reduzir, adaptar, traduzir, decompilar, desmontar, executar engenharia reversa ou de qualquer forma explorar economicamente o Sistema Legalb, incluindo os dados e informações nele disponibilizados;
- c. Disseminar ou instalar vírus ou qualquer outro código, arquivo ou software malicioso com o propósito de interromper, destruir ou limitar o funcionamento da plataforma;
- d. Acessar o Sistema Legalb ou a Conta de Pagamento de maneira não autorizada, ou praticar qualquer ato que resulte em violação da privacidade de outros usuários;
- e. Utilizar as credenciais de acesso de terceiro ou compartilhar as próprias com terceiros;
- f. Realizar Transações de Pagamento vinculadas a atividades ilícitas, incluindo lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo; e
- g. Praticar qualquer ato contrário à legislação em vigor e a estes Termos.

9.2. A Legalb reserva-se o direito de, mediante simples comunicação à Parte Usuária, suspender preventivamente ou cancelar o respectivo cadastro e a correspondente prestação dos Serviços em caso de suspeita de fraude, obtenção de vantagem ilícita ou descumprimento de quaisquer condições destes Termos ou da legislação aplicável.

10. REMUNERAÇÃO

10.1. Pelos Serviços prestados, a Parte Usuária pagará à Legalb os valores acordados conforme oferta comercial aceita no ato da adesão a estes Termos.

10.2. Não estão incluídos nos valores contratados: taxas de processamento de cartão de crédito ou débito (MDR), custos com antecipação de recebíveis e demais operações financeiras que possam vir a ser processadas pela Legalb, as quais deverão ser negociadas oportunamente.

10.3. Os valores serão atualizados anualmente pelo IPCA/IBGE, calculado sobre o valor vigente. Caso o índice indicado seja suspenso, será utilizado o índice que, oficialmente, vier a substituí-lo.

10.4. O atraso ou falta de pagamento dos valores acordados implicará na aplicação de multa de 2% (dois por cento) e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die sobre o valor em aberto. Após 10 (dez) dias do inadimplemento, a Legalb notificará a Parte Usuária, concedendo prazo de cura de 10 (dez) dias para regularização. Não havendo pagamento, a Legalb poderá suspender os Serviços até a efetiva regularização.

10.5. A Legalb reserva-se o direito de atualizar os valores comerciais destes Termos sempre que houver: (i) mudanças de custo dos fornecedores; (ii) oferecimento de novos serviços e funcionalidades; (iii) alteração de tarifas por parte da Celcoin ou demais parceiros; ou (iv) adequações regulatórias. A cobrança de novos valores será válida após aviso prévio à Parte Usuária, o qual nunca será inferior a 30 (trinta) dias.

10.6. Caso a Parte Usuária não concorde com as condições comerciais alteradas, poderá requerer a rescisão destes Termos no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação, sem ônus para as Partes.

11. PRAZO E VIGÊNCIA

11.1. Estes Termos são celebrados por prazo indeterminado, iniciando sua vigência na data de sua aceitação pela Parte Usuária.

11.2. Estes Termos poderão ser rescindidos, de pleno direito, mediante notificação prévia por escrito com 10 (dez) dias de antecedência, nas seguintes hipóteses:

- a. Discordância com a precificação dos Serviços prestados, conforme Cláusula 10.5;
- b. Quebra de qualquer das disposições ou declarações destes Termos, por qualquer das Partes, que impeça a sua continuidade ou execução do seu objeto;

c. Decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou declaração de insolvência de qualquer das Partes;

d. Atraso no pagamento de quaisquer taxas, tarifas, custos e reembolsos devidos por mais de 30 (trinta) dias;

e. Descumprimento de quaisquer deveres de confidencialidade, indenização ou relativos à legislação anticorrupção, sem prejuízo das perdas e danos cabíveis;

f. Hipótese de inviabilidade de execução do modelo de negócios pactuado por alteração das condições regulatórias ou contratuais que viabilizam o objeto destes Termos, a critério da Legalb.

11.3. A Legalb poderá, ainda, rescindir estes Termos imotivadamente, mediante comunicação por escrito com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência.

11.4. O encerramento destes Termos, por qualquer motivo, implicará automaticamente na extinção da Conta de Pagamento junto à Celcoin.

12. INDENIZAÇÕES

12.1. Cada Parte manterá a Parte contrária indene de quaisquer pleitos a que der causa, responsabilizando-se por si, seus representantes, empregados, prepostos, contratados, terceiros, subcontratados ou quaisquer outros a ela ligados ou que participem da execução destes Termos.

12.2. Cada Parte isentará a Parte inocente de qualquer responsabilidade e ressarcirá todo e quaisquer custos e despesas incorridos, incluindo honorários advocatícios razoáveis que a Parte inocente vier a pagar para a defesa de seus interesses, bem como honorários de peritos, contadores e quaisquer outras despesas decorrentes de investigação, defesa, manutenção, preservação ou execução de direitos aqui previstos.

12.3. Caso não seja possível excluir a Parte inocente do polo passivo de qualquer demanda judicial, a Parte inocente irá contratar advogados de sua escolha e a Parte infratora ficará responsável por arcar com os custos razoáveis incorridos em decorrência de tal contratação, incluindo honorários, e por disponibilizar informações, provas e/ou testemunhas para a respectiva defesa.

12.4. A responsabilidade da Legalb, assim como de suas controladoras, controladas, coligadas ou quaisquer sociedades a ela ligadas, para com a Parte Usuária, seus prepostos, empregados ou terceiros em conexão com estes Termos estará, em qualquer hipótese, restrita aos danos diretos e limitada ao valor total efetivamente comprovado do dano. Os danos indiretos, lucros

cessantes, danos morais ou qualquer outra modalidade de indenização de tal natureza ficarão limitados ao valor total recebido pela Legalb durante o período dos Termos.

13. PROPRIEDADE INTELECTUAL

13.1. Cada Parte declara e garante que é a legítima proprietária de sua propriedade intelectual, não havendo qualquer impedimento para seu uso.

13.2. Estes Termos não representam outorga de qualquer direito de licença ou cessão de propriedade intelectual pela Legalb para a Parte Usuária. A Parte Usuária reconhece que os sistemas utilizados permanecem de propriedade exclusiva da Legalb mesmo após expirado ou rescindido estes Termos por qualquer motivo.

13.3. A propriedade intelectual e/ou direitos autorais de qualquer alteração, modificação, atualização (update) ou melhoria (upgrade) realizadas pela Parte Usuária, por si ou por terceiros por ela contratados, pertencerão única e exclusivamente à Legalb.

13.4. A Parte Usuária se compromete a não violar, reproduzir ou imitar, total ou parcialmente, qualquer propriedade intelectual da Legalb, bem como a não utilizar qualquer propriedade intelectual da Legalb para finalidades além das previstas nestes Termos.

13.5. A Legalb reconhece que é de titularidade da Celcoin toda a propriedade intelectual empregada em seus sistemas de pagamento, comprometendo-se a fazer a Parte Usuária respeitar tais direitos.

14. CONFIDENCIALIDADE

14.1. As Partes comprometem-se a tratar e salvaguardar como privadas e confidenciais todas as informações de propriedade de uma das Partes reveladas à outra, de forma verbal ou escrita, que são designadas como confidenciais ou que deveriam razoavelmente ser consideradas confidenciais devido à natureza das informações e às circunstâncias da divulgação, incluindo, mas não se limitando, a dados de clientes, planos de negócios e de marketing, informações tecnológicas e técnicas, projetos de produtos e processos de negócios ("**Informações Confidenciais**"), não as divulgando a terceiros sem o consentimento prévio e expresso da outra Parte.

14.2. A Parte informada utilizará as Informações Confidenciais com a finalidade exclusiva do escopo destes Termos e não as revelará para qualquer fim fora deste escopo, exceto nos casos de consentimento prévio por escrito da Parte informante ou quando exigido por lei ou determinação judicial.

14.3. Cada Parte tem o dever de informar à sua contraparte qualquer suspeita razoável de comprometimento dos sistemas ou de quebra de sigilo das Informações Confidenciais. A comunicação deve ser realizada em até 48 (quarenta e oito) horas após a Parte tomar conhecimento da possível violação.

14.4. Em caso de rescisão ou resolução destes Termos, as Partes continuarão obrigadas a manter sigilo sobre as Informações Confidenciais pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de rescisão. A Parte informada deverá, após solicitação da Parte informante, devolver ou destruir todas as Informações Confidenciais a que teve acesso, bem como eventuais cópias e outros documentos que as contenha.

15. COMUNICAÇÃO

15.1. Os avisos, comunicações e/ou notificações deverão sempre ser efetuados por escrito e enviados por e-mail no endereço cadastrado no sistema. As comunicações destinadas à Legalb deverão ser enviadas para contato@legalb.com.br.

15.2. As comunicações feitas nos termos desta cláusula serão consideradas efetivadas:

- (i) na ocasião em que forem entregues, se entregues pessoalmente;
- (ii) no momento da remessa, quando enviadas por e-mail dentro do horário comercial do local do destino; e
- (iii) às 09 (nove) horas do dia útil imediatamente seguinte ao dia da remessa, quando enviadas por e-mail fora do horário comercial do local do destino.

15.3. Somente os contatos realizados por meio dos canais de atendimento oficiais da Legalb serão reconhecidos. A Parte Usuária é responsável por manter atualizado o e-mail cadastrado no sistema.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. As Partes reconhecem, expressamente, que estes Termos constituem o instrumento a regular a relação entre ambas quanto ao seu objeto, prevalecendo sobre compromissos e outros acordos, tácitos ou expressos, que porventura tenham acordado anteriormente.

16.2. As Partes se comprometem a cumprir as regras relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e à Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), especialmente nos termos definidos nas políticas internas de cada Parte.

16.3. Nenhuma das Partes poderá delegar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações oriundos destes Termos para empresas que não pertençam ao seu grupo econômico, sem a prévia e expressa anuência da outra Parte. A Legalb poderá, mediante

prévia comunicação à Parte Usuária, ceder os direitos e obrigações destes Termos a empresas de seu mesmo grupo econômico ou societário, sendo que a cessionária continuará a cumprir com todas as obrigações cedidas.

16.4. Se qualquer disposição destes Termos for considerada nula, ilegal ou inexecutável, a disposição em questão será ineficaz tão somente na medida da nulidade, ilegalidade ou inexecutabilidade, não afetando quaisquer outras disposições aqui contidas.

16.5. As Partes concordam que nenhuma alteração destes Termos ou ausência do exercício dos direitos aqui previstos por qualquer das Partes será havida por novação de qualquer obrigação ou disposição aqui contida.

16.6. A Legalb poderá alterar as condições de prestação dos Serviços para atender exigências regulatórias, do Banco Central do Brasil e demais autoridades, mediante aviso prévio à Parte Usuária. Caso esta não concorde com as alterações, os Termos poderão ser rescindidos sem ônus para as Partes.

16.7. Estes Termos constituem um título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes que as obrigações assumidas neste instrumento comportam execução específica.

16.8. As Partes reconhecem sua completa independência, seja para fins regulatórios, consumeristas, trabalhistas, societários ou outros. Nada nestes Termos pode ser interpretado como formação entre as Partes de joint venture ou associação sob qualquer forma.

16.9. Qualquer ação que configure, ou possa configurar, prática de crime ou ato de má-fé ensejará a comunicação pela Legalb às autoridades competentes, sem prejuízo das demais medidas cabíveis, especialmente as operações que possam estar configuradas na legislação que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

17. LEI APLICÁVEL E FORO

17.1. Estes Termos serão regidos e interpretados de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

17.2. As Partes elegem o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer disputas judiciais oriundas destes Termos, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Declaro que li, entendi e concordei com as disposições previstas nestes Termos e Condições Gerais de Uso da Legalb.

* Declaro estar ciente de que a Conta de Pagamento será aberta e mantida junto à CELCOIN INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. (código 509), nos termos da Cláusula 5 destes Termos.*